

**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**EIXO TEMÁTICO:  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
EDUCACIONAIS**

**Janaina Alves Farias<sup>1</sup>**

*Mestrando - Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho, Campus Araraquara  
(UNESP/Fclar)*

janaina.farias@unesp.br

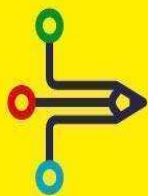
**Márcia Lopes Reis<sup>2</sup>**

*Professora do Departamento de Educação  
(UNESP/Bauru) e Programa de Pós-Graduação em  
Educação Escolar UNESP Araraquara*

marcia.reis@unesp.br

**EDUCAÇÃO INTEGRAL:  
Protagonismo nas Reformas do  
Novo Ensino Médio**

**INTEGRAL EDUCATION:  
Protagonism in the high school  
reforms**



---

## RESUMO

O trabalho busca contextualizar o ensino integral nas políticas educacionais desde a perspectiva das reformas implementadas pela Medida Provisória nº 746 de 2016. Nesse documento, destaca-se a expansão da jornada escolar como uma das principais medidas a serem promovidas nas escolas brasileiras. A metodologia adotada foi o levantamento bibliográfico de caráter qualitativo. Teve como fonte, artigos selecionados no repositório da plataforma Capes e Google Acadêmico, utilizando os descritores “educação integral” e “política educacional”, publicados entre 2016 e 2022. A investigação tem como objetivo, analisar como as pesquisas publicadas nos últimos 6 anos abordam o conceito de educação integral frente às mudanças no cenário educacional. Como resultado, foram encontrados 188 artigos, dos quais foram selecionados 14 textos. As análises permitiram relacionar as perspectivas de diferentes abordagens e concluir sobre a necessidade de contextualização das políticas de educação integral na literatura, bem como o afastamento de sua função social nas políticas de cunho reformista.

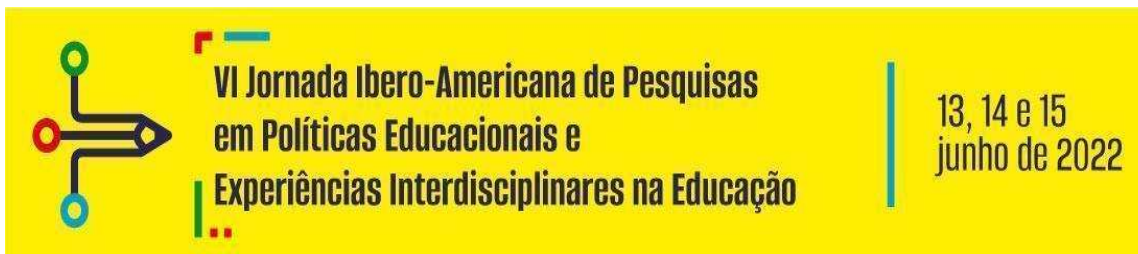
**Palavras-chave:** Educação Integral. Política Educacional. Reforma.

---

## ABSTRACT

The paper seeks to contextualize integral education in educational policies from the perspective of the reforms implemented by Provisional Measure No. 746 of 2016. In this document, the expansion of the school day is highlighted as one of the main measures to be promoted in Brazilian schools. The methodology adopted was a qualitative bibliographic survey. Its source material was selected articles in the repository of the Capes platform and Google Scholar, based on the descriptors “integral education” and “educational policy” published between 2016 and 2022. The investigation aims to analyze how the research published in the last 6 years addresses the concept of integral education in face of the changes in the educational scenario. As a result, 188 articles were found, of which 14 texts were selected. The analyzes made it possible to relate the perspectives of different approaches that made it possible to conclude on the need to contextualize integral education policies in the literature, as well as the distance from the social function of integral education in reformist policies.

**Keywords:** Integral Education. Educational politics. Reforms.



## 1. INTRODUÇÃO

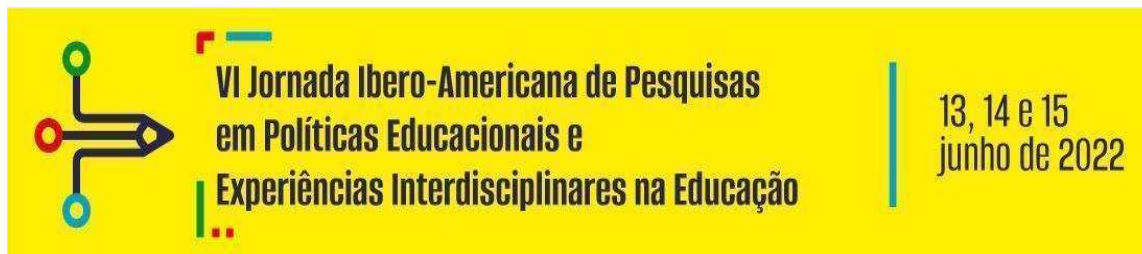
As políticas educacionais pós-reforma de 2016 marcam mudanças relevantes que se consolidaram nos últimos 5 anos a partir da conversão da Medida Provisória nº 746 de 2016 em Lei pela Resolução CNE/CP nº2 de 2017. Esse cenário teve como destaque as propostas voltadas para a expansão da jornada escolar e a promoção de uma educação integral, principalmente com a “Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (EMTI).

Observa-se, inicialmente que, outros objetivos passam a ser atribuídas à educação integral, mas, seu objetivo fundamental permanece sendo o de promover a formação do educando em todas as suas dimensões humanas (COELHO, 2009; GONÇALVES, 2006; MOLL; LECLERC, 2012; CAVALIER, 2014; PARENTE; 2018). Essa temática passou a integrar a agenda das políticas educacionais associadas à ampliação da jornada escolar, e as pesquisas sobre educação integral.

As concepções e valores atrelados à educação integral como política de Estado sofreram grandes mudanças ao longo do tempo, em especial com as reformas instauradas no governo de Michel Temer (MDB, 2016-2019). Entendendo esse período como transformador na temática das políticas educacionais, esse trabalho investiga como as pesquisas publicadas nos últimos 6 anos abordam o conceito de educação integral frente ao cenário das políticas reformistas.

O trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo, a partir da seleção de artigos publicados entre o ano de 2016 e 2022 na temática da educação integral. No desenvolvimento, são apresentados os critérios de seleção dos artigos e os caminhos metodológicos percorridos. A análise teve como base a divisão dos trabalhos em eixos temáticos, com objetivo de mapear os diferentes enfoques das pesquisas e entender as mudanças no conceito de educação integral dentro das especificidades de cada artigo.

Em seguida, apresentou-se a sistematização do conhecimento reunido nas referidas obras, no qual destaca-se importantes marcos nas políticas de educação integral e seu propósito como política pública. Dentre eles, destaca-se o programa Mais Educação, o Plano Nacional de Educação (PNE), e de forma mais recente o Programa Novo Mais Educação (PNME), a



Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Foi possível observar que os trabalhos destacam as transformações no delineamento de políticas de educação integral a partir das reformas de 2016 como ponto de afastamento da educação integral de seu fundamento original, voltado para uma formação humana. Na análise dos resultados, o artigo busca discutir como o termo “educação integral” se manifesta nas políticas reformistas e como os autores abordam essa temática em suas obras.

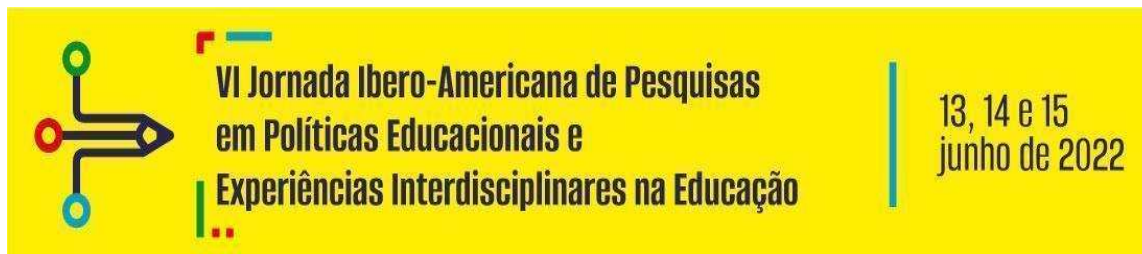
Relacionou-se às perspectivas de diferentes autores a fim de torná-las complementares, contribuindo para atualizar a discussão sobre a promoção da educação integral no Brasil. De modo que, o trabalho teve como questão norteadora: Como a literatura dos últimos 6 anos aborda o conceito de educação integral nas políticas educacionais, e quais as principais mudanças abordadas pelos autores?

O trabalho tem como objetivo geral contribuir para a sistematização do conhecimento produzido na temática da educação integral, e como é abordada na literatura recente. Espera-se que o artigo também promova uma visão crítica frente aos diversos sentidos atribuídos ao termo “educação integral” nas políticas educacionais, questionando em que medida elas abarcam a qualidade social da educação.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico de caráter qualitativo, realizado entre janeiro e março de 2022. Foram adotadas duas ferramentas de busca, o Google acadêmico, que privilegia o mapeamento de produções nacionais e a plataforma Capes CAFes como ferramenta principal. Esse último, reúne o acesso de diversas bases de dados, dentre elas *Web of Science-WoS* e *Scopus*.

A sistematização teve como fonte, artigos publicados entre o ano de 2016 e 2022, buscando atualizar as discussões na temática, frente à contribuição de diversos autores em relação às mudanças no conceito de educação integral na política educacional dos últimos 6 anos. O levantamento inicial buscou delimitar o campo de pesquisa optando por trabalhos com



ênfoque no campo das políticas educacionais.

Como apontado por Souza (2006), as políticas públicas constituem um campo interdisciplinar, podendo ser abordado a partir de diversos conceitos e modelos de análise, mas que implicam em investigar os interesses, motivos e ideais que caracterizam a ação ou inação do governo. Assim, a análise de trabalhos dentro da temática das reformas educacionais que nortearam o novo ensino médio, perpassa o campo das políticas públicas, sendo relevantes no entendimento das ações de Estado voltadas para a educação integral.

Por essa razão, foram utilizados dois descritores combinados: “Educação Integral” e “Políticas educacionais”, reduzindo o montante total de 188 trabalhos para 38 trabalhos que obedeciam aos critérios estabelecidos. Dentre os eles, foram selecionados aqueles que constavam como “revisado por pares”, por constituir materiais que haviam recebido tratamento analítico e foram respaldados por outros pesquisadores da área.

Foram analisados o conteúdo do título, resumo e informações de publicação, de forma a conferir manualmente os critérios de seleção. Após a seleção, os 14 artigos que compuseram a pesquisa foram: Parente (2016); Jacomeli, Barão e Gonçalves (2017) e (2018); Guimarães e Souza (2018); Borges, *et al.* (2018); Paludo, Gonçalves e Santos (2018); Cora, Zardo e Gandolf (2019), Gomes e Colares (2019), Rodrigues, Honorato (2020), Maciel (2020); Silva e Boutin (2021); Sousa e Colares (2021), e Souza (2021).

Os artigos foram publicados em 7 revistas: Educação (UFSM), Revista Educação Popular, Revista Cocar, Revista *Exitus* (2 artigos), Revista HISTEDBR *On-line*, Revista Práxis Educacional (2) e Roteiro (6). No caso da revista Roteiro, que dentre o material analisado possui o maior número de artigos selecionados, 3 deles compuseram um único volume voltado para a temática da educação integral que foi publicado no ano de 2021.

### **3. RESULTADOS**

Os artigos selecionados foram agrupados em três categorias principais norteadas pelas questões enunciadas em seus resumos: Análise de políticas de educação integral, Conceito de

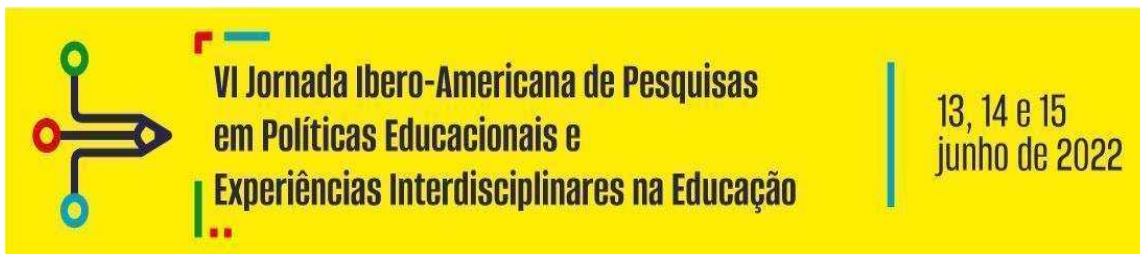
educação integral, Trajetória da política de educação integral. A análise da entrada teórico-metodológica de Mancebo (2007) foi transposta para esse trabalho, a partir de duas diferentes perspectivas, a macro e a micro.

Segundo o autor, as duas vias metodológicas se distinguem a partir do ponto que partem suas análises, quando articulada à uma perspectiva mais geral, ligada aos movimentos de globalização e do capitalismo, parte de uma visão macro. A segunda via tem enfoque na análise da realidade local, e tem por base as experiências humanas que compõem aquela realidade (MANCEBO, 2007).

Esse direcionamento metodológico alinhado à categorização a partir de três eixos de análise, permitem uma melhor compreensão da forma como a educação integral é abordada na literatura selecionada. Também permite estabelecer relações entre a perspectiva de educação integral apresentada por diferentes autores. Organização que foi sistematizada conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Eixo de análise e sub-eixo de análise apresentado nos artigos selecionados.

<b>Autor/ Ano de publicação</b>	<b>Eixo</b>	<b>Sub - Eixo</b>
Parente (2016)	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	MACRO
Borges <i>et al.</i> (2018)		
Silva e Boutin (2018)		
Guimarães e Souza (2018)	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	
Maciel (2021)		
Jacomeli, Barão e Gonçalves ( 2018)	CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	
Paludo, Gonçalves e Souza 2018)		
Jacomeli, Barão e Gonçalves (2017)		
Cora; Zardo e Gandolf (2019)		
Rodrigues e Honorato (2020)	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	MICRO
Sousa e Colares (2021)		
Colares e Oliveira (2018)	CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	
Gomes e Colares (2019)		
Gomes e Colares (2021)		



A perspectiva histórica aborda a trajetória da política educacional em educação integral no Brasil como temática principal em dois dos trabalhos, mas compondo todos os demais como parte da contextualização e revisão. Enquanto os trabalhos de Guimarães e Souza (2018); Maciel (2021), na categoria Trajetória da política de educação integral, se mantêm na perspectiva macro, as demais categorias possuem também artigos com enfoque voltado para a perspectiva micro.

Na categoria de políticas de educação integral, os trabalhos na perspectiva micro são voltados para análise de programas específicos. Como nos trabalhos de Rodrigues e Honorato (2020); Sousa e Colares (2021), que tiveram como enfoque os programas de educação integral implementados pela Secretaria Municipal de Belterra no Pará, e pela Secretária Estadual da Paraíba, respectivamente.

No caso dos trabalhos na perspectiva micro abarcados na categoria de Conceito de educação integral, as investigações foram realizadas diretamente nas escolas. Nos trabalhos de Colares e Oliveira (2018); Gomes e Colares (2019) e (2021), o enfoque está na percepção dos participantes sobre a educação integral, dentro das especificidades de cada unidade educacional investigada.

Por sua vez, os conceitos de educação integral investigados nos trabalhos de Jacomeli, Barão e Gonçalves (2018); Paludo, Gonçalves e Souza (2018); Jacomeli, Barão e Gonçalves (2017); Cora; Zardo e Gandolf (2019) partem da perspectiva da literatura da área, e possuem enfoque macro, sobre como esses conceitos dialogam com as políticas de educação integral em âmbito nacional.

A divisão em categorias permite entender os diferentes enfoques na temática da educação integral abordados nos últimos anos e a percepção dos autores quanto às mudanças no conceito de educação integral dentro das especificidades de cada pesquisa. É importante salientar que os artigos selecionados também discorrem sobre as demais categorias ao longo de seus textos, porém, foi considerado a categorização a partir do objeto de análise indicado como eixo condutor de cada pesquisa. Essa divisão é ilustrada da Tabela 1.



#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os artigos voltados para a trajetória histórica das políticas de educação integral reforçam a ideia de que experiências de educação integral no Brasil não são recentes, bem como os diferentes discursos que justificam sua implementação Guimarães e Souza (2018), Maciel (2021). Entende-se também, as experiências preconizadoras dos modelos de educação integral atuais, e sua constituição como política de Estado.

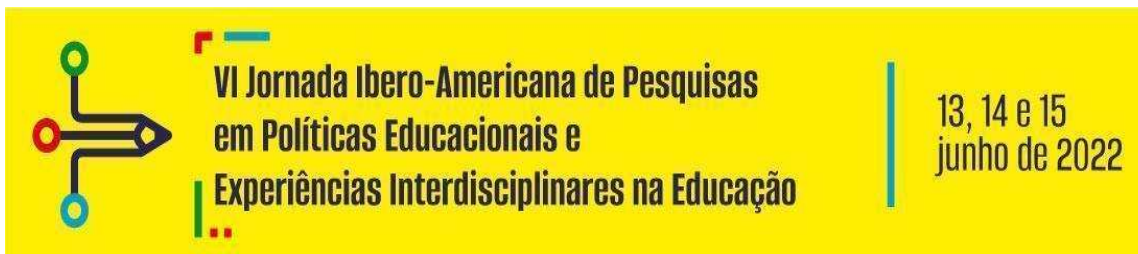
Até então, a educação integral caracterizava-se por ações descontinuadas de múltiplos atores que careciam de coordenação. A trajetória da educação integral como política de Estado, tem como principal marco o Programa Mais educação, implantado em 2007, que segundo as autoras Mol e Leclerc “materializa a inclusão da Educação Integral e em tempo integral na agenda de políticas educacionais do governo brasileiro” (MOL; LECLERC, 2012, p.95).

Os artigos voltados para as políticas de educação integral, abordaram de forma explícita programas como o Novo Mais Educação, o Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014), como definitivas na determinação dos rumos da educação integral na agenda das políticas educacionais. No caso da perspectiva micro, com enfoque nas suas consequências para as políticas locais e as implicações frente aos desafios do cotidiano escolar.

No mesmo sentido, Parente (2016) aborda o programa como determinante no rumo da educação integral como política educacional, bem como o Plano Nacional de Educação e o Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB). O PNE e o Mais Educação tiveram grande influência na adesão dos entes federados às políticas de ampliação da jornada escolar, porém as mudanças no cenário político, em 2016, tiveram forte influência nos contornos da educação integral para os anos seguintes.

O ‘impeachment’ da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer foi acompanhado de um programa de amplas reformas para o setor educacional e na agenda da educação integral nas políticas públicas. Os autores Borges *et al.*, (2018) e Silva e Boutim (2018) abordam diretamente as reformas educacionais, enfatizando o afastamento de sua premissa original voltada para uma formação humana integral e emancipadora.





Esse afastamento é visível nas mudanças preconizadas pelo Programa Novo Mais Educação (PNME), e consiste um ponto em comum na discussão sobre conceito de educação integral nos trabalhos de Jacomeli, Barão e Gonçalves (2017) e (2018); Paludo, Gonçalves e Souza (2018); Cora; Zardo e Gandolf (2019). Em sua formulação original, o programa integrava uma política de enfrentamento de desigualdades sociais e educacionais. Após a reformulação, ele passa a visar uma melhora de desempenho dos alunos em exames padronizados.

Os autores ainda destacam a ênfase no desempenho escolar, que protagoniza as políticas de educação integral recentes como relacionadas aos interesses de atores privados, e de organismos internacionais, na educação em países periféricos. O papel estratégico da educação da formação dos educandos, está associado aos possíveis benefícios para as demandas da economia e do capitalismo global (COLARES; NAYRA; OLIVEIRA, 2018).

O conceito de educação integral também teve influência das mudanças trazidas nas reformas educacionais do governo Michel Temer (2016-2018). A implementação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e a ampliação da jornada prevista na Base Nacional Curricular do Ensino Médio marcam o deslocamento de interesse das propostas de escola integral sob a justificativa de melhorar a qualidade da educação.

A priorização de disciplinas específicas do currículo e avaliação da educação a partir de métricas qualitativas em provas padronizadas, acabam secundarizando os objetivos voltados para a promoção da educação com qualidade social. Somados às limitações em investimento em estrutura e na oferta de todas as opções formativas do novo currículo, a reforma contribui para o aumento da dualidade educacional e exclusão dos alunos menos favorecidos.

A potencialidade da expansão do tempo é utilizada como artifício para sustentar as alterações no ensino médio e como legitimação da urgência de sua implementação. A educação integral poderia contribuir para minimizar os problemas educacionais pautados pelo novo ensino médio, no entanto, as condições de ensino não indicam a intencionalidade real de promover uma educação integral.



## 5. CONCLUSÃO

Destacam-se nos artigos analisados, a dissonância entre o conceito de educação integral e a proposta de ampliação da jornada escolar prevista nas políticas da reforma. A educação integral voltada para a qualidade social da educação e promoção de uma formação humana passam a ocupar um lugar secundário em suas propostas.

Os diferentes enfoques abordados nos trabalhos selecionados permitiram identificar recortes recorrentes na temática da educação integral e o desenvolvimento do conceito de educação integral nas políticas educacionais. Assim, foi possível analisar as perspectivas de diferentes autores a fim de torná-las complementares e contribuir para atualizar a discussão sobre as políticas dos últimos anos.

A revisão sobre a educação integral na agenda das políticas educacionais brasileiras, a partir da perspectiva de diferentes autores, possibilita – por sua vez - observar um deslocamento na finalidade atribuída ao ensino integral. O ensino médio passa a protagonizar as políticas de educação integral, sob o pretexto de melhorias a serem implementadas em problemas históricos que afetam esse nível de ensino.

A aprovação da reforma do ensino médio, tem como base reverter índices negativos referentes ao desempenho dos jovens, o problema da evasão escolar e a atratividade do currículo. Objetivos que se apoiam na extensão da jornada escolar, e que intencionam uma educação integral, mas na prática se mostram incompatíveis com uma formação voltada para a emancipação humana

Pode-se concluir que os trabalhos permitem reforçar a perspectiva histórica da educação integral, e que sua proposta de solução para problemas educacionais não se restringe aos dias atuais. Também alertam para a necessidade de considerar que a ampliação do tempo escolar depende de investimento e acompanhamento como política pública, e só assim, resultar em melhora nas condições educacionais (BORGES, *et al.*, 2018).

Da mesma forma, sem investimentos que viabilizem sua implementação para que as vivências educacionais sejam significativas, corre-se o risco de transportar os problemas



historicamente presentes na escola regular, agora ampliados em uma jornada expandida. Nesse sentido, propostas de políticas curriculares se fazem necessárias uma vez que, efetivamente, fluxos curriculares, tempo escolar e formação de professores, dentre outros fatores, estariam contemplados

## 6. REFERÊNCIAS

BORGES, M. C.; OLIVEIRA, B.; RIBEIRO, B. de O. L.; RICHTER, L. M. Desafios da educação integral no tempo presente. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 131-143, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/41393>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CAVALIERE, A. M. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado? *Educ. Soc.*, v. 35, n. 129, p. 1205–1222, 2014.

COELHO, L. M. C. DA C. História(s) da educação integral. *Rev. Em aberto*, v. 21, n. 80, p. 83–96, 2009.

COLARES, A.; OLIVEIRA, N. C. Educação integral em escola pública de tempo integral: Percepções de estudantes. *Práxis educ.*, v. 14, n. 30, p. 312-329, 2018.

CORÁ, E. J.; ZARDO, C.; GANDOLFI, T. Educação Integral no Brasil: uma análise a partir dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação. *Rev. Cocar*, v. 13, n. 27, p. 89-106, 2019.

COSTA, M. DE O.; SILVA, L. A. DA. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Rev. Bras. Educ.*, v. 24, p. 1–23, 2019.

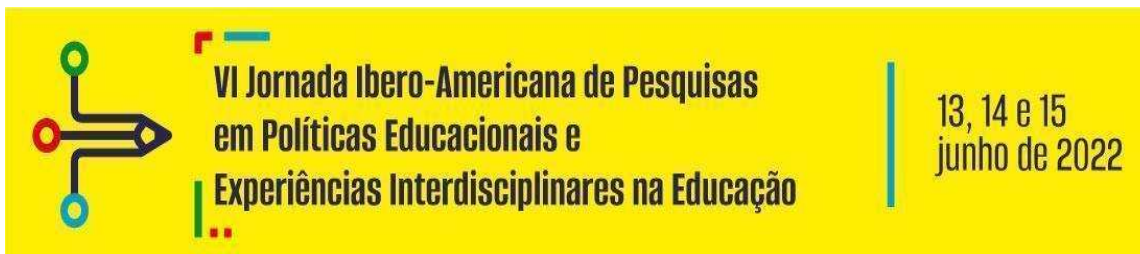
FERREIRA, R. A.; RAMOS, L. O. L. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 26, n. 101, p. 1176–1196, 2018.

GOMES, T. C.; COLARES, M. L. I. S. A política de educação integral em tempo integral: A perspectiva dos professores. *Práxis educ.*, v. 15, n. 31, p. 313-332, 2019.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cad. Cenpec (Online)*, v. 1, n. 2, 2006.

GUIMARÃES, K. R. C.; SOUZA, M. F. M. Educação integral em tempo integral no Brasil: algumas lições do passado refletidas no presente. *Rev. Exitus*, v. 8, n. 3, p. 143-169, 2018.

JACOMELI, M. R. M.; BARÃO, G. O. D.; GONÇALVES, L. S. Educação integral do homem e a política educacional brasileira: limites e contradições. *Rev. HISTEDBR On-line*, v. 17, n. 3, p. 842-860, 2017.



JACOMELI, M. R. M.; BARÃO, G. O. D.; GONÇALVES, L. S. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. *Rev. Exitus*, v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018.

LECLERC, G. DE F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral More Education Program: breakthroughs and challenges for an inducing strategy of. *Educar Rev.*, v. jul./set., n. 45, p. 91-110, 2012.

MACIEL, A. C. A conjuntura política brasileira e os destinos da educação integral: entrevista com José Luís Sanfelice. *Rev. Roteiro*, v. 46, p. 26983-26983, 2021.

MANCEBO, D. Trabalho docente: opções teórico-metodológicas. In: SAWAIA, B.; MARTINS, S.T.F.M. (Org.). Questões metodológicas. São Paulo: Cortez, 2007.

PARENTE, C. M. D. Construindo uma tipologia das políticas de educação integral em tempo integral. *Rev. Roteiro*, v. 41, n. 3, p. 563-586, 2016.

PARENTE, C. DA M. D. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. *Educ. Real.*, v. 43, n. 2, p. 415-434, 2017.

SANTOS, M. C.; GONÇALVES, L. D.; PALUDO, C. Política pública e educação integral no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo. *Rev. Roteiro*, v. 43, n. 3, p. 1027-1050, 2018.

SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. *Rev. Cent. Educ. / Univ. Fed. St. Maria*, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018.

SOUSA, L. T.; COLARES, M. L. I. S. Política indutora de educação integral: análise dos programas implementados em Belterra/PA. *Rev. Roteiro*, v. 46, n. 1, p. 26651, 2021.

RODRIGUES, A. C. S.; HONORATO, R. F. S.. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. *Rev. Roteiro*, n. 45, p. 1-32, 2020.

---

Janaina Alves Farias<sup>1</sup>

Mestranda em Educação Escolar, atuando como professora na educação básica.

---

Márcia Lopes Reis<sup>2</sup>

Professora do Departamento de Educação (UNESP/Bauru) e Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar UNESP Araraquara